

Apresentação

Português, língua diaspórica e pluricontinental

A gestão das línguas tem sido um importante dispositivo de dominação. Por isso, não é democrática nem horizontalizada e está ancorada numa racionalidade moderna ilustrada. Essa racionalidade é, ao mesmo tempo, fundada e sustentadora da matriz de valores judaico-cristã, colonial escravagista. Com base nisso, o mundo ocidental se estrutura de forma binária hierarquizante, em torno de um centro de poder, ladeado por uma direita positiva, produtiva, e uma esquerda negativa, improdutiva.

No centro do poder ocidental, judaico-cristão, está o ser supremo, Deus, à direita, está o Filho obediente, o salvador da humanidade, e a esquerda está vaga e amaldiçoada pela rebeldia e desobediência. Na Revolução Francesa (1789-1799), essa organização se reproduziu. Os revolucionários, rebeldes e desobedientes, se posicionaram à esquerda e os aristocratas feudais se posicionaram à direita. Essa lógica posicional, monocentralizadora, pode ser percebida na gestão das línguas coloniais e em muitas concepções, teorias e modelos de descrição e análise de linguagem. A mesma lógica atravessa também as políticas e os planejamentos linguísticos e educacionais.

Um dos princípios da formação impositiva dos estados nacionais, consolidado a partir do século XVIII, é a monocentralidade da organização do mundo como sistema de poder. Na distribuição dos territórios entre os invasores da América, do Caribe, da Ásia, da África e da Oceania, delimitando as fronteiras, foi determinada e legitimada a norma de conduta, de base cristã, a todos os povos, com uma língua, a colonizadora, para cada povo, em cada nação, com prescrição de uma norma considerada culta, o padrão legitimado oficialmente, e um só estilo formal para as escritas públicas.

Assim, os estados colonizadores fizeram dos territórios colonizados extensões de seus territórios e parte de seus estados nacionais. Os territórios colonizados, sendo parte

dos estados nacionais colonizadores, passaram a ter como língua oficial a língua de colonização, mantida mesmo depois de suas independências. A língua colonizadora, em interação com as línguas locais dos territórios colonizados, passa por profundas mudanças, distanciando-se da língua de base, tornando-se outra língua. Apesar disso, política e ideologicamente, o centro linguístico continua sendo a metrópole, como se em todos os países colonizados se falassem, do mesmo jeito, o mesmo padrão linguístico daquela língua. Há uma manutenção do padrão de poder linguístico mais que do padrão linguístico. Na escola, o ensino de língua materna, quase sempre, centrada no monolinguismo, colabora com a manutenção da ideologia monocentrista que considera a metrópole como o centro linguístico das colônias.

Assim, dado o princípio nacionalista – uma nação > um povo > uma cultura > uma língua –, cada língua deve se manifestar em estrito acordo com o padrão normativo prescrito, o único aceito e prestigiado socialmente, com regras rígidas e estáticas de distribuição e emprego de repertório e estilo sociolinguísticos. A literatura pertinente a essa temática aborda, em geral, o falar e escrever corretamente a língua de cultura, entretanto, a linguagem, como normatização e controle de conduta, tem o corpo-território como marco zero da enunciação sociolinguística. Equivale a dizer que o corpo (sem a dicotomia corpo/mente) é concebido como um território de controle, portanto, de normatividade das condutas prescritas pela matriz de poder ocidental aos territórios de colonização.

Na escola de educação básica, na universidade e nos espaços acadêmicos, sobretudo na escrita, a determinação e a exigência do emprego de uma língua da tradição euro-eua-colonial/imperial, em um único padrão (a norma culta), com um repertório e estilo sociolinguísticos adequados (o formal acadêmico), é um modo legitimado e inquestionável de decidir e delimitar quem pode e quem não pode entrar e falar nesse espaço, quem tem e quem não tem direito à escuta nesse lugar.

A normatização linguística, como manutenção da centralização de poder pela linguagem, normatiza o dizer, o corpo que diz e o lugar de situação desse corpo que diz; normatiza a memória, a subjetividade, a consciência, a espiritualidade; normatiza, para modificar, a cosmopercepção (Oyèrónké Oyèwùmí, 2021). Está um tanto desgastado

dizer que língua é poder. É necessário, portanto, parar para refletir sobre isso, com muita responsabilidade, porque língua é poder no sentido da normatização imposta para além das regras do falar e escrever corretamente as línguas de colonização. Língua é poder no que ela faz com as pessoas pelo ato normatizador do fazer.

Em 1952, Heinz Kloss publicou o artigo *Die Entwicklung neuer germanischer Kultursprachen seit 1800* (O desenvolvimento de novas línguas culturais germânicas desde 1800), propondo o conceito de línguas pluricêntricas, com base na existência de diferentes centros gestores de potenciais *mesmas* línguas, como, por exemplo, as diferentes normas do alemão, na Alemanha, na Áustria e na Suíça.

Mais tarde, em 1992, Michael Clyne, no artigo *Transcending monolingualism: linguistic revival, plurilingualism and multilingualism in minority contexts* (Transcendendo o monolinguismo: revitalização linguística, plurilinguismo e multilinguismo em contextos minorizados), amplia o conceito proposto por Heinz Kloss, ao discutir a natureza e as características das línguas pluricêntricas. O autor aborda a relação das línguas pluricêntricas com a identidade e a coesão social das comunidades falantes dessas línguas.

Mas, nem tudo é pluricentrismo. É importante não esquecer que, junto com as línguas policêntricas, há exemplos de línguas monocêntricas, aquelas com somente um padrão, como o russo, o japonês e o islandês. Essas são línguas importantes na cibercultura, e estão ganhando espaço com as mídias digitais e com as artes, como o cinema, por exemplo. Reconhecemos a importância dessa discussão, entretanto, esse não é o escopo deste dossiê, ainda que a monocentralidade seja de interesse para a compreensão do pluricentrismo pós-colonial.

A monocentralidade é um dos princípios dos estados-nação, logo, o monolinguismo é uma das ideologias coloniais e um dos pilares de sustentação da colonialidade da linguagem. Portugal é um dos estados nacionais colonizadores de territórios, portanto, a língua portuguesa é língua de colonização presente em todos os continentes. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a Lusofonia se dividem

em perceber Portugal como o centro gestor da língua portuguesa ou como um dos centros gestores da língua portuguesa.

Enfim, o português é língua oficial em oito países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Globalmente, distingue-se por ser uma língua pluricontinental, uma das poucas línguas faladas nos continentes americano, europeu, africano e asiático, por cerca de 260 milhões de pessoas. O português é, assim, uma das línguas mais faladas no mundo e uma das principais línguas da cibercultura.

A oficialização de uma língua num país, entretanto, não implica sua exclusividade no uso pela população como um todo. Ao contrário, é tipicamente uma língua imposta em convivência com muitas outras. É o que tem acontecido com o português, que se modifica em resposta à sua própria herança cultural, com repertórios e padronizações locais (dicionários e gramáticas específicos). Nesse sentido, o que percebemos por português angolano, português brasileiro, português cabo-verdiano, português moçambicano etc. foram formados na diáspora colonial escravagista – transatlântica e além – nas interações entre os povos, com suas línguas originárias, ancestrais, em cada continente, por diferentes povos, com diversas cosmopercepções.

Neste dossiê reunimos pesquisadores e pesquisadoras transcontinentais, cis, travestis, brancos/as, indígenas, negros/as, dos diferentes continentes, para contribuir com esta edição da revista *Porto das Letras*, com seus corpos-vozes corporalidades, territórios-territorialidades, sentimentos e espiritualidades, com o propósito de explorar os muitos e diversificados repertórios do português, em diversificadas perspectivas teóricas, nos mais variados estilos, sem estratificação.

São importantes os trabalhos apresentados sobre os diversos aspectos do uso do português, em suas respectivas territorialidades, descrevendo as estruturas, as funcionalidades e a situação sociolinguística do português, em domínios específicos da vida. Dessa forma, esses estudos permitem seguir a linha proposta por Michael Clyne (1992) e discutir a articulação entre os repertórios sociolinguísticos do português com as

identidades das diferentes comunidades linguísticas e os vários centros gestores do português nos continentes.

Os estudos com narrativas de memórias insurgem existências e políticas do dizer, a partir das cosmo percepções de intelectuais dissidentes. Escancaram o corpo-território como o marco zero das políticas de enunciação e das transformações sociais pela linguagem. Esses estudos permitem discutir o português como língua pluricêntrica a partir das (des)normatizações do corpo-território, da desobediência e da denúncia de posicionalidades opressoras, portanto, do monocentrismo e do monolinguismo que partem do corpo-voz-território.

Contribuem enormemente para as transformações sociais e para a consolidação da percepção do português como língua pluricêntrica os artigos sobre ensino de língua portuguesa na educação básica. Ainda que não seja o objeto primordial de todas as disciplinas, a língua portuguesa perpassa e está em todas as aulas, o tempo todo, incluindo as aulas de língua estrangeira. Dessa forma, é de suma importância, problematizar o ensino de língua portuguesa, neste país de herança colonial e de permanência dos efeitos nefastos das violências coloniais.

Este dossiê é uma tentativa de desestabilização das racionalidades coloniais que sustentam os estudos da linguagem, ainda que os repertórios que enunciam e veiculam as propostas na área de ensino de línguas se declarem críticos ou decoloniais.

Registramos ainda, neste dossiê, nossos agradecimentos e homenagens a William Labov, cuja atuação revolucionou a linguística ao criar a teoria sociolinguística variacionista na década de 1960, e a Anthony Julius Naro, pioneiro da sociolinguística no Brasil. Ambos fizeram suas passagens neste mês de dezembro de 2024, deixando um inestimável legado de contribuições para o desenvolvimento desse campo científico.

Dr. Daniel Marra da Silva

Dra. Ermelinda Lúcia Mapasse

Dra. Marie Quinn

Dra. Tânia Ferreira Rezende

Referências

CLYNE, Michael G. *Pluricentric Languages: differing norms in different nations*. Col: Contributions to the sociology of language 62. Berlin & New York: Mouton de Gruyter, 1992.

KLOSS, Heinz. *The American Bilingual Tradition*. Newberry House, 1977.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *A invenção das mulheres – construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.